

Estudos sobre as elites: uma leitura da produção em periódicos – 1998-2017^{1 2}

Elite studies: an interpretation of production in journals – 1998-2017

Maria da Graça Jacintho Setton (i)

Ⓘ Professora de Sociologia da Educação - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7306-9293>, gracaset@usp.br.

Resumo

O objetivo deste artigo é mapear as principais questões de ordem teórica, metodológica e empírica dos estudos sobre as elites no Brasil. A partir de uma consulta em periódicos indexados na Scielo e no portal de periódicos da Capes, foi possível classificar um conjunto de reflexões tendo como base as palavras-chave elite/elites. O critério de seleção dos artigos concentrou-se em aspectos que auxiliassem na compreensão das elites contemporâneas, no período de 1998 a 2017. A análise deste levantamento permitiu a organização de 109 documentos, em seis categorias apreciativas. A reflexão a seguir está organizada em três momentos: o primeiro deles fará uma síntese dos artigos selecionados, em cada uma das categorias; em seguida, far-se-á uma síntese do material recolhido, a fim de levantar contributos analíticos; por último, tentar-se-á elencar algumas estratégias socializadoras destes grupos.

Palavras-chave: elites, trajetórias, socialização

¹ Editor responsável: Silvio Donizetti de Oliveira Gallo. <https://orcid.org/0000-0003-2221-5160>

² Normalização, preparação e revisão textual: Luan Maitan – revisao@tikinet.com.br

Abstract

The aim of this article is to depict the main theoretical, methodological and empirical questions concerned in Brazilian elite studies. From a query in journals indexed in Scielo and in the Capes journals portal, it was possible to classify a set of reflections based on the elite(s) keyword. The selection criteria of articles focused on aspects that aided in the understanding of contemporary elites, from 1998 to 2017. The analysis of this survey allowed the organization of 109 documents, in six appreciative categories. The following reflection is organized in three moments. The first one summarizes the selected articles in each of the categories. Secondly, an analysis of the collected material is carried out in order to provide analytical input. Finally, some socializing strategies of these groups are presented.

Keywords: elite(s), trajectory, socialization

Introdução

O objetivo desta reflexão é identificar e analisar o conjunto de artigos publicados entre 1998 e 2017, nos principais periódicos da sociologia e da educação. A discussão vinculada a estas áreas tem a intenção de contribuir para com o debate acerca dos processos de socialização/reprodução das elites³. Compreende-se socialização como um campo teórico metodológico, na área da sociologia da educação, capaz de evidenciar percursos, continuidades e rupturas dos grupos sociais a partir do estudo aprofundado de seus projetos de reprodução social. Por certo, tais projetos não são conscientes. São produtos de um *senso prático*, adquirido na infância, permitindo construir maneiras de ser, agir e pensar, ou seja, na acepção de Bourdieu (1979), permitindo construir um conjunto de disposições de *habitus*.

Seguindo ampla bibliografia (Mills, 1975; Vieira da Fonseca, 2003; Bourdieu, 1979; Almeida & Nogueira, 2003), parte-se do pressuposto de que os projetos de escolarização e as heranças familiares podem provocar mudanças ou manutenção das propriedades e do padrão de consumo cultural de grupos material e culturalmente favorecidos; julga-se ainda que a escolarização profissional ou a pertença a grupos privilegiados ensejariam a transformação/manutenção de princípios de escolhas culturais, valores ideológicos, éticos e

³ Pesquisa realizada no interior do Grupo Práticas de Socialização, da FE-USP, sob minha coordenação.

estéticos. Nesse sentido, cumpre conhecer os efeitos do acúmulo de certo capital cultural, capital econômico e capital simbólico, apropriado ou mantido por estes segmentos sociais. Contudo, sabe-se que a incorporação disposicional de *habitus* no que se refere aos valores e práticas de cultura se realiza de maneira processual e relacional. Ademais, sabe-se que as propriedades de cultura traduzem um estilo de vida, posicionamentos políticos ideológicos, bem como projetos de reprodução social (Bourdieu, 1979). É necessário, pois, circunscrever os grupos a serem investigados suas pertencas e heranças familiares a fim de poder observar a formação e as estratégias de reprodução dos grupos dominantes e dimensões de sua cultura. Para tanto, seria pertinente conhecer mais de perto a produção brasileira acerca do tema das elites, naquilo em que ela contribui para uma reflexão sobre o tema. A ideia é fazer uma apreciação crítica do material encontrado, concentrando-se nas informações que auxiliem na compreensão da reprodução das frações dominantes e seu poder de legitimar uma ordem social.

Para desenvolver o argumento, far-se-á uso do construto conceitual de Pierre Bourdieu, na medida em que essa discussão foi movida pela eficiência de sua contribuição, bem como grande parte dos artigos em tela acompanham seus subsídios.

Concordando com Perissinotto e Codato (2008), Seild (2008), Grynszpan e Grill (2011), nos últimos dez anos, vê-se um crescimento expressivo de estudos a respeito dos grupos de elite. É possível afirmar que um núcleo de cientistas políticos e sociólogos vêm se empenhando em construir uma agenda de pesquisa em seus fóruns científicos. O levantamento realizado em fevereiro e março de 2018, no site das revistas indexadas na Scielo e no portal de periódicos da Capes, permitiu que se formalizasse um conhecimento inicial deste material. Ou seja, de um total de aproximadamente 600 artigos, verificou-se que alguns grupos despertam mais interesse que outros, mas todos são investigados com a intenção de se compreender seus perfis. Após a leitura dos resumos dos artigos localizados, os critérios de seleção concentraram-se naqueles que se ocupavam da realidade brasileira do século XX e XXI; aqueles que traziam um conhecimento empírico de setores da elite; aqueles que sinalizavam para o jogo material e simbólico das estratégias de dominação, bem como reflexões de ordem teórica que apresentavam aportes conceituais e metodológicos acerca desses setores. Não foram incorporados aqueles que traziam discussões específicas sobre períodos da história do Brasil, bem como os que traziam a palavra *elite*, mas que estavam fora do campo das ciências humanas. Todavia, foram anexados artigos que respondiam aos

critérios acima assinalados, mas que, por fatores não identificados, não apareceram na relação oferecida pelas fontes, mas foram citados em outras buscas como referências relevantes⁴.

A leitura deste extenso levantamento permitiu a organização de 109 documentos, em seis itens apreciativos, denominados: a) *aspectos teóricos* (20); b) *trama simbólica* (13); c) *elites intelectuais* (23); d) *elites jurídicas* (3); e) *elites parlamentares* (25); f) *elites empresariais* (25)⁵. A construção dessas categorias se deu em função dos próprios objetos/sujeitos de estudos anunciados pelos autores dos artigos. Nesse sentido, optou-se inicialmente em agrupá-los segundo suas similaridades empíricas a fim de identificar como se realizam as estratégias de dominação nas diferentes frações, tendo como foco a teoria da socialização. Vale ressaltar que os artigos de tais agrupamentos fazem uso de distintos aportes teóricos. Contudo, não invalidam a análise a seguir, pois ter-se-á oportunidade de chamar atenção para essas particularidades.

A leitura do material permitiu verificar que a agenda de pesquisa sobre as elites dá um destaque expressivo para 3 frações do grupo. Se, por um lado, as elites intelectuais, empresariais e parlamentares são aquelas que mais despertam a atenção dos pesquisadores, 73 ao todo, as elites jurídicas e as elites do agronegócio ainda não se fizeram interessar⁶. Não obstante, o esforço de circunscrever aspectos teóricos e empíricos, em geral, revela uma preocupação em registrar avanços neste campo de investigação, contribuindo para um entendimento acerca das configurações de força e interdependência entre seus membros.

Alguns autores se destacam, pois apresentam uma produção contínua em vários periódicos da área das ciências sociais e educação, todavia, é forçoso lembrar que a ciência política é aquela que mais se debruça sobre o tema. A revista *Sociologia e Política*, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, apresentou 26 estudos; o periódico *Tempo Social*, do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, 12 artigos e; a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vinculada à Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Anpocs, publicou 12 reflexões. Nos últimos dez anos, tem-se ciência de seis dossiês

⁴ Na leitura de cada artigo, buscou-se indicações nas referências bibliográficas, na tentativa de cobrir o maior número de estudos. Seria o caso de Nogueira (2004), Pulici (2016) e os artigos publicados nos dossiês organizados por Seild (2008) e Grynszpan e Grill (2011).

⁵ Está anexada a relação dos artigos comentados.

⁶ Isso não quer dizer que não tenhamos encontrado autores que trabalhem com o tema. Citamos aqui Grynszpan (2012; 2014) e Heinz (2006).

sobre o tema. Apenas um desses dossiês se localiza na área da educação (Ziegler, 2015). Por último, seria importante salientar que a produção acadêmica divulgada em periódicos sobre as elites torna-se mais expressiva a partir de 2010, apresentando um total de mais de 70 artigos.

Segundo Grynszpan (1996, p. 35), a teoria das elites é um dos temas mais consagrados das ciências sociais. Nos últimos anos tem crescido o interesse por ele sendo possível afirmar que sua ampliação se deu em função do recente papel que as elites desempenharam no aumento da desigualdade (Khan, 2012).

Os trabalhos sobre as elites, em geral, seguem duas leituras. Ambas adotam o que se pode chamar de tendência weberiana das classes sociais em que se destaca o poder e os recursos que as elites detêm. Outros, segundo uma linha mais marxista, pensa as elites como aquelas que ocupam posições de dominação nas relações sociais. A diferença maior entre essas leituras se dá a partir de seus enfoques. Os primeiros enfatizam o aspecto individual sobre o controle das propriedades/recursos, e os outros relevam o aspecto estrutural das relações em que se fortalece os mais bem posicionados. Discussões que se estendem do século XIX até, pelo menos, a década de 1980, têm como particularidade ser sempre apresentada pelos seus pais fundadores, Vilfredo Pareto (1984), Gaetano Mosca (1992), os elitistas. Sabe-se ainda que Wright Mills (1975) (neELITISTA) e Nicos Poulantzas (1971) (marxista), para ficar entre os mais conhecidos, e Pierre Bourdieu (1979), mais recentemente, marcaram as inflexões sobre o tema. Ainda hoje controverso, o tema das elites desperta atenção entre aqueles que querem associá-lo a concepções de classe política, a um grupo de privilegiados, ou aos que procuram circunscrevê-lo metodologicamente para fins empíricos (Farias Filho, 2011). Se, de um lado, a partir de um referencial mais afeito à ciência política, alguns autores têm como foco a dominação ou poder de pequenos grupos segundo a posse de algum recurso, por outro lado, outros se dedicam a compreender as razões de tal domínio em função da capacidade e estratégias de reprodução, análise mais relacionada aos estudos sociológicos.

Aspectos teóricos

Para os interesses desta discussão começar-se-á pelo tópico Aspectos Teóricos, pois ele é capaz de sinalizar as invariâncias teóricas e metodológicas dos artigos levantados. Composto um total de 20 artigos, escritos na maioria das vezes pelos organizadores dos

dossiês, cumprem a tarefa de apresentar com clareza a trajetória dos estudos sobre elites, seus maiores expoentes, bem como os aspectos polêmicos que ainda atravessam a reflexão.

Seria possível classificar os artigos em questão em três categorias. A primeira delas seria aquela que se debruça sobre as controvérsias teóricas da categoria *elite*; a segunda seria a que se dedica às considerações metodológicas acerca das pesquisas sobre estas frações; e, por fim, aquela que em trabalhos empíricos observa a reestruturação do bloco dos grupos dominantes, a partir de outra configuração no campo financeiro, onde novas categorias profissionais internacionalizadas disputam espaço nas posições de mando da sociedade europeia.

No primeiro tópico, valeria lembrar as contribuições de Perissinotto e Codato (2008; 2009; 2009a), Seild (2008), Grynszpan e Grill (2011) e as colocações de Hey (2017), pois, trazem injunções teóricas recentes sobre as formas de tratar a polêmica e polissêmica categoria *elite*. Deveríamos tratá-la no plural, como desafia Hey (2017)? *Elites* corresponderiam ao conceito de classes dirigentes ou classes sociais, como lembra Perissinotto e Codato?

No que concerne a essas discussões compete ressaltar que o levantamento realizado aponta a referência de Pierre Bourdieu, a partir dos anos 1970/1980, como a mais expressiva, sendo seguida pelos estudos anglo-saxões, referência desde os anos de 1930 (Seild, 2008; Grynszpan & Grill, 2011). Por outro lado, é possível identificar um esforço da literatura sociológica contemporânea nacional de articular as proposições da teoria clássica sobre as elites, denominada de elitismo (Mosca, 1992; Pareto, 1989) ou neolitismo (Mills, 1975), às hipóteses da teoria marxista, na figura mais proeminente de Nicos Poulantzas (1971). Segundo Perissinotto e Codato (2008; 2009; 2009a), seria necessário certo ecletismo teórico para se avançar na discussão conceitual entre *elites políticas, grupos e/ou classes dominantes (classe ou fração hegemônica)*. Os autores julgam mais adequado trabalhar com as categorias *grupos* ou *frações de elite*, na medida em que elas dariam conta de operacionalizar a análise dos grupos e suas formas de representação simbólica. Desta feita, poder-se-ia articular os pontos de vista *estrutural* da teoria marxista, aquele que enfatiza o poder das elites na condução da reprodução capitalista no âmbito econômico, e o *estratégico (seus valores)*, aquele que se ocupa das formas de domínio para além do econômico. É possível afirmar que trata-se de uma tentativa de articular leituras baseadas na ciência política e na sociologia, dado que o ecletismo entre tais contribuições pode ser mais produtiva para os estudos empíricos. Fazer uso de conceitos como poder e

dominação próprios da ciência política e recursos e propriedades sociais, mais comuns na sociologia, parece ser frequente nos artigos lidos.

Por outro lado, a bibliografia (Perissinotto & Codato, 2008; 2009; 2009a; Farias Filho, 2011; Grynszpan & Grill, 2011; Hey, 2017) destaca também que tais estudos possuem uma controversa tradição nas ciências sociais. Conceito polêmico no que se refere ao uso diverso que se fez/faz dele, é possível identificar uma gama variada de sinônimos que nem sempre resulta em consensos, mas que confere uma variedade de pontos de vista epistemológicos. *Elites*, *classes dominantes*, *classes dirigentes* são algumas formas de denominar os grupos que ocupam elevada posição nas hierarquias sociais.

Mais especificamente, a literatura aponta que ainda que os estudos sobre as elites tenham sido objeto de discussão desde o início do século XX, observa-se certo arrefecimento do tema nos anos 1960 e 1970 (Perissinotto & Codato, 2008; 2009; 2009a; Farias Filho, 2011; Grynszpan & Grill, 2011; Hey, 2017). Isto é, marcada por uma gama expressiva de autores de ascendência europeia, o foco das reflexões concentrou-se, durante o início do século passado, no estudo das minorias que dominaram as comunidades. Para Perissinotto e Codato (2008), o abandono da matéria *elites*, em meados do século passado, se deu em função de três leituras críticas. A primeira delas, de natureza marxista, considerava mais importante dar destaque ao papel institucional que as elites do poder desempenhavam no aparelho de Estado. Ou seja, dando pouca importância aos processos de socialização e construção de valores desse segmento, enfatizava mais as atitudes dos grupos dirigentes adequando-se aos fins de reprodução de uma dominação capitalista via Estado. Portanto, o esforço concentrava-se nas formas de funcionamento do Estado capitalista e o seu caráter de classe.

A segunda crítica, denominada pelos autores *institucionalismo de escolha racional*, considerava que o mais importante era debruçar-se sobre o contexto da ação institucional, pois sua força condicionaria a ação dos atores. Para essa perspectiva, o ambiente institucional é a variável independente que explica a conduta dos agentes políticos. Em outras palavras, as ações individuais seriam nada mais do que uma adaptação a um ambiente institucional. Nesse sentido, não haveria necessidade de estudar os processos objetivos e subjetivos de construção de maneiras de ser e agir dos indivíduos que fazem funcionar as instituições. Saber sobre a natureza dos pertencimentos identitários dos grupos não seria mais relevante do que conhecer as regras institucionais.

A última crítica que explicaria certo abandono das pesquisas sobre os grupos de elite, segundo Perissinotto e Codato (2008), é de ascendência bourdieusiana. Ou seja, para esta linha de investigação as teorias das elites falhariam ao naturalizar as características de privilégio desses grupos, não as compreendendo como propriedades posicionais. Certa visão essencialista dos recursos sociais dificultaria uma leitura mais relacional e processual dos grupos. Para tal perspectiva, os atributos de privilégio não são dos indivíduos, mas sim de suas posições. Desta forma, não se trata apenas de descrever o perfil das elites, mas compreender como elas se mantêm e quais estratégias fazem uso para assegurar a legitimação de suas reputações. Assim sendo, é possível observar que existe uma tendência entre os artigos de natureza mais teórica de avançar nas discussões sobre o tema, articulando visões tradicionalmente vinculadas aos estudos da ciência política (Poulantzas, 1971; Mills, 1975) e reflexões da ciências sociais (Bourdieu, 1979).

Ainda nesse tópico, o artigo de Bachrach e Baratz (2011) chama atenção para o conceito de *poder* seus usos ocultos e visíveis. Trata-se de uma discussão atual que alerta para a força que grupos de elite têm em divulgar ou não assuntos de interesse. Contando com estratégias pouco suspeitas, os autores consideram que informações mantidas em sigilo podem, muitas vezes, ser aquelas que identificam mais e melhor o poder de persuasão dos grupos dominantes. Dando ênfase ao âmbito das narrativas dos grupos dirigentes, o artigo, ainda que não faça menção, lança luz a aspectos da teoria simbólica de Bourdieu (1998).

O segundo aspecto relevante que se encontra no tópico *aspectos teóricos* se refere às metodologias empregadas nos estudos empíricos. Destacam-se as discussões que oferecem pistas para a identificação dos grupos a partir de análises prosopográficas, ou seja, aquelas que fazem uso da história coletiva de agentes sociais a partir da trajetória de seus grupos de pertença. Aqui se observa que a metodologia prosopográfica, ainda que muito utilizada, deve ser repensada devido aos erros de generalização e incompletude no banco de dados que organizam tais informações (Costa & Gouveia, 2007; Braga & Nicolás, 2008; Stone, 2011). Os textos avaliam a necessidade de se associar outras fontes documentais sobre o grupo ou personalidades estudadas, principalmente quando se faz a coleta de dados em sites da web.

Os artigos que se ocupam em identificar os grupos de elite a partir da posse de recursos e/ou propriedades distintivas trazem uma noção nova – *multinotabilidades* – que auxilia no trabalho de observar a capacidade de reconversão de capitais, na acepção de P.

Bourdieu. Reis e Grill (2008; 2017), em dois artigos distintos, oferecem elementos que apontam para a multidimensionalidade das composições desses grupos. O trabalho de Farias Filho (2011), nessa mesma direção, aponta para as controvérsias na identificação das frações dirigentes e sintetiza uma das formas bastante usadas. Trata-se da estratégia metodológica de Putnam (1976), que propõe três momentos: a) a análise posicional de agentes em postos de poder na esfera do Estado; b) a identificação de medidas importantes tomadas por estes agentes; c) a identificação baseada na reputação dos agentes em determinada sociedade. Contudo, todas essas táticas de identificação podem ser frágeis na medida em que seria necessário, antes de tudo, definir o que se entende por medidas importantes ou mesmo o que se compreende por reputação. As discussões de Canêdo (2011) contribuem para reforçar a rede de estratégias utilizadas pelos grupos dirigentes. Tendo como base empírica famílias do estado de Minas Gerais, a autora observa mecanismos que asseguram a consolidação de seu poderio político, engenhos de natureza objetiva e subjetiva na manutenção do status. Heymann (2011), com perspectiva semelhante, aborda poderosos mecanismos subjetivos relativos à memória e poder local de grupos de renome.

Aliás, em quase todas as reflexões, o cuidado em circunscrever de forma precisa os mecanismos metodológicos de investigação destinados a estes grupos, são uma constante. Chamando atenção para as entrevistas (Gene, 2014; Pinçon & Charlot-Pinçon, 2007), ou o estudo das redes que desenham laços sociais entre os sujeitos das pesquisas ou as Análises de Correspondência Múltiplas (Klüger, 2017), os autores reforçam a necessidade de se articular fontes documentais oficiais, arquivos, dicionários histórico biográficos, a fim de que na comparação de diferentes fontes de informação, conseguir testar e assegurar a fidedignidade dos dados.

Por fim, os trabalhos de Hey et al. (2017) e de Bühlmann et al. (2017), ainda que não retratem a realidade brasileira, foram incorporados pois trazem uma reflexão importante sobre a reestruturação das frações dominantes a partir de uma reconfiguração do campo econômico. De um lado, o artigo de Bühlmann et al. comenta a emergência de uma fração das elites comprometida com o capital financeiro globalizado, com forte poder administrativo e gerencial. Por outro lado, a discussão de Hey et al. sinaliza a polêmica ainda existente na conceituação das elites, pois elas se estruturam de formas variadas de acordo com os contextos sociais.

Vale um último comentário: Ainda que o propósito desses artigos seja distinto, observa-se que as similaridades entre eles não se resumem na proposta de avançar na discussão teórica. É recorrente o fato de que a maioria deles são tributários da contribuição de Pierre Bourdieu. Tanto nos aspectos relativos à técnica prosopográfica, que marcou os estudos dirigidos por ele (Costa & Gouveia, 2007; Braga & Nicolás, 2008; Stone, 2011; Perissinoto & Massimo, 2014; Seild, 2008; Heymann, 2011) como as pesquisas que criam estratégias de identificação dos grupos de elite a partir do conceitual bourdieusiano (Canêdo, 2011; Grynszpan & Grill, 2011; Reis & Grill, 2017; Klüger, 2017; Hey, 2017; Perissinoto & Codato, 2009), a presença deste autor é significativa e marcante, permitindo avaliar que Pierre Bourdieu possui uma centralidade nos estudos sobre as elites no Brasil nos últimos anos.

Trama simbólica

O tópico acima é composto por 13 artigos. Trata-se de discussões que oferecem pistas para a identificação de estratégias e de tramas, na ordem das representações simbólicas na sociedade em geral e em especial na sociedade brasileira que corroboram urdiduras da dominação. Pode-se dividir o grupo em quatro subcategorias. A primeira delas se refere aos estudos que possuem as mídias como uma das responsáveis pela divulgação de informações que tantas vezes repetida se torna uma verdade. Gomes (2010), Miguel (2008) e Serrano (1999) se dedicam a revelar as convergências de interesse entre os poderes dominantes e as elites da comunicação. O segundo bloco de artigos trabalha a percepção dos grupos mais favorecidos acerca das desigualdades no Brasil. Reis (2000), Scalon (2007) e Silva e Lopes (2015) traçam um panorama desanimador ao afirmar que as elites brasileiras não se sentem responsáveis pelas injustiças sociais, ainda que percebam que exista uma grande disparidade econômica e educacional entre os grupos. O terceiro bloco de artigos se refere a trabalhos empíricos que destacam a moda, os bens de luxo e o estilo de vida das classes altas como aqueles que se espraiam por toda a sociedade. Sem reflexões críticas, os grupos *emergentes* ou da *Classe C*, trabalhados por Lima (2007) e Souza et al. (2013), respectivamente, espelham-se nos *modos vivendi* dos grupos privilegiados, intensificando a trama de uma percepção de superioridade dos grupos de elites. O trabalho de Pulici (2011), ainda nessa direção, traça o perfil cultural da alta burguesia paulista, constatando que seus membros são tradicionalistas em matéria de gosto,

apegados a um estilo clássico e já consagrado, tendo pouco apreço pela cultura de vanguarda ou modernista.

Por último, numa quarta subcategoria, de certa forma isolado dos textos anteriores, mas servindo como contributo na construção de uma notabilidade para os grupos de elite, destaca-se o escrito por Ferreira (2001). Tendo como base dados da PNAD/IBGE de 1996, o autor traz um diagnóstico sobre as condições de possibilidade de mobilidade nos grupos mais favorecidos. O autor constata, sem muita novidade, contudo, reforçando um estereótipo do indivíduo bem-sucedido, que as elites são majoritariamente brancas, metade delas é migrante, tem apenas um emprego no setor privado e insere-se de maneira precoce no mercado de trabalho. Quase metade tem curso superior (Ferreira, 2001, p. 156).

Ainda nessa subcategoria, os artigos de Ribeiro (2000) e Bertonecelo (2016), ao precisar formas de compreensão do posicionamento dos grupos, oferecem um quadro de pouca mobilidade social e um jogo altamente competitivo entre essas frações, que disputam recursos e capitais de notoriedade de forma acirrada.

Por fim, a reflexão de Lynch (2013), no campo das representações sociais, ao fazer uma digressão sobre a história do pensamento político-social brasileiro, traz uma contribuição relevante acerca do papel da intelectualidade nacional em divulgar representações sobre a inferioridade da produção intelectual local, na área da filosofia e da história. Recuperando autores clássicos, revela que a imagem de um país periférico, atrasado, pobre e subdesenvolvido aos poucos foi sendo aceita pela academia espalhando-se talvez para outros setores de nossa sociedade (Souza, 2015; 2017).

Num esforço de síntese, é possível afirmar que os textos acima têm como base as reflexões de ordem simbólica. Ou seja, enfatizam a importância das representações sociais acerca da superioridade do modo de vida das elites e sua naturalização. Seja no consumo ou no estabelecimento consensual de um modelo de estilo de vida, verifica-se um trabalho homeopático de construção de uma dominação. Por certo, estratégias veladas de manutenção de uma ordem social, matéria que a sociologia de Bourdieu tem se aprofundado.

Elites intelectuais

O tópico relativo às elites intelectuais, com 23 artigos, está subdividido em quatro eixos. Todos eles, de certa forma, se relacionam, pois têm como base o fenômeno da escolarização como mecanismo estrutural de distinção social. Quase todos eles ainda colocam os processos de escolarização estreitamente ligados a um novo modelo globalizado. Nesse sentido, enfatiza-se as estratégias de internacionalização dos estudos e das redes de contatos sociais e profissionais que passam a ser vistos como importantes estratégias de distinção e diferenciação social para esses grupos.

O primeiro eixo se destaca, pois se refere às frações das *elites intelectuais* em duas modalidades. Estão entre elas as frações eclesiásticas e acadêmicas. Nesse primeiro tema, os artigos de Ernesto Seild (2009; 2017) e Seild e Neris (2011), na esteira das discussões sobre internacionalização, demonstram o quanto a vivência no exterior e um aprendizado especializado forjam a hierarquia religiosa atual. Cursos no exterior, entretanto, seriam somados a uma rede social e alianças, numa estratégia bem-equacionada para a reconversão de capitais. Fora do eixo eclesiástico, o artigo de Engelmann (2011), por outro lado, estudando os profissionais da administração, consegue expressar a força das estratégias de internacionalização no interior desse campo, assinalando fissuras e especificidades regionais e institucionais. Só alguns têm este recurso às mãos.

O artigo de Hey e Rodrigues (2017) e o estudo de Andrade e Silva Filho (2015) retratam o perfil e a trajetória, respectivamente, dos membros da Academia Brasileira de Ciências, tomando como grupo os pesquisadores das ciências sociais e, em paralelo, as elites de ciência e tecnologia do Brasil, a partir do caso do *Parqtec* de São Carlos, em São Paulo. Ambos retratam um universo masculino, regido por forte competição entre pares, em que a origem social, as redes sociais e os processos de internacionalização são fundamentais. Espaço de disputa, confere a seus membros um prestígio no mundo cultural e, às vezes, no mundo da política.

No segundo eixo, destoando um pouco dos artigos acima, os artigos de Brandão e Lellis (2003), Brandão e Carvalho (2011) e Nogueira (2004), ao trabalharem com as elites acadêmicas do Rio de Janeiro, e filhos de empresários em Belo Horizonte, concomitantemente, observam que a escola não possui o mesmo valor nas estratégias de reprodução desses grupos em específico. Para as elites acadêmicas, os ensinamentos familiares,

o convívio e a rotina doméstica teriam mais força no aprendizado a ser conquistado. Para esse grupo, o capital cultural transmitido no eixo familiar seria o responsável e asseguraria um perfil privilegiado à sua prole. No grupo de empresários, um sentimento de descrença em relação à escola nos destinos profissionais de seus filhos é bastante semelhante ao grupo de acadêmicos. Para estes segmentos, a escola serviria apenas como reforço de uma reputação já adquirida pelo status familiar. A verdadeira escola estaria na empresa familiar. Lá é que se conquistam os trunfos de uma carreira de sucesso.

Numa direção que tangencia à anterior o terceiro eixo é marcado pela importância das relações familiares, seus projetos e heranças. Neste sentido, vale recuperar que as representações religiosas andam par a par com as tradições domésticas, na perspectiva de transmitir valores éticos e comportamentais aos fiéis, tal como retrata o texto de Chaves (2012), ao estudar a força da escola religiosa no Rio de Janeiro. Piccin (2015) e Martins (2017), por sua vez, revelam o quanto as relações familiares se valem de estratégias de reprodução de um ideal de grupo. Martins (2017), trabalhando com a linhagem de uma família mineira, traça com mais detalhes a interdependência entre as estratégias matrimoniais, as estratégias de investimento em redes de relações fora do eixo familiar, estratégias de controle dos cargos políticos locais e a diversificação das atividades econômicas como parte dos mecanismos de reprodução do status dos membros da família. Esse eixo traz ainda a contribuição de Piccin (2015), ao referendar, em pesquisa empírica, a lógica de reconversão de capitais, na acepção de Bourdieu, entre as elites estancieiras gaúchas. Ou seja, para esse grupo, não seria suficiente a posse de prestígio econômico, mas o valor do prestígio cultural conquistado pelos estudos.

O quarto eixo, relacionado mais estreitamente ao universo escolar, está representado pelos artigos que revelam a força dos processos de escolarização no jogo da competição social. A escola, enquanto instituição socializadora, é tributária de uma série de mecanismos de sustentação das desigualdades sociais. Ou melhor, não qualquer escola, mas aquela que se propõe a atualizar a agenda da meritocracia, modernizar as estratégias de manutenção da distinção e notabilidade social (Ziegler, 2015).

Sem dúvida, é possível identificar um esforço dos grupos dominantes de reservarem para si um discurso e um estilo de vida que asseguram uma imagem de superioridade. Nessa linha, os artigos de Ziegler (2014), Gessaghi (2015), Fuentes (2015) e Mellado (2015) oferecem um retrato empírico de como as frações das elites argentinas e chilenas se ocupam em traçar

percursos de manutenção de poder na condução da vida escolar de seus jovens. As disposições éticas da retórica escolar selam um compromisso pouco evidente de conflito entre representações republicanas e aquelas que se fundamentam em privilégios (Mendez, 2015; Silva, 2015). Aqui vale uma nota explicativa. Ainda que os artigos acima reportados não considerem a realidade brasileira, decidiu-se por sua incorporação, já que oferecem *insights* preciosos sobre os processos socializadores das elites. Ou seja, apresentam um debate problematizador para as teorias da socialização escolar, um dos focos deste artigo. Em outras palavras, para algumas frações das elites, a escola deixa de ser apenas uma instância instrucional para se tornar um espaço moral e de convívio entre os pares na perspectiva de reforçar vínculos valorativos acerca do grupo de referência.

É possível afirmar ainda que as trajetórias escolares, falam muito dos percursos de carreira e das oportunidades, tanto no que se refere às diferenças de socialização entre homens e mulheres (Perosa, 2008) quanto na diferenciação dos espaços urbanos de moradia (Perosa, 2015). Os artigos em tela, ambos tendo como base a sociedade paulistana, demonstram que a escola traça ao longo da vida diferenças que acabam por se tornar desigualdades, contribuindo, pois, para o reforço das hierarquias sociais.

Os artigos de Coradini (2011) e Petrarca (2011), embora tragam um universo empírico bastante distinto, profissionais da sociologia e jornalistas, respectivamente, revelam a importância de uma estratégia de manutenção ou conquista de reputação e prestígio a partir de alianças e redes sociais adquiridas nas trajetórias profissionais. Tema bastante empreendido por quase todos os estudos sobre elites, ainda é um tópico a ser mais explorado dada a sua relevância.

Vale salientar ainda informações interessantes deste bloco. Em primeiro lugar, destaca-se a presença marcante do sexo masculino nas frações intelectuais, pois quase a metade dos artigos trata especificamente deste grupo. Em seguida, é constante o esforço, por certo inconsciente, mas fruto de um *sensu práctico* (Bourdieu, 1980), da articulação entre o prolongamento de uma escolarização e especializações no exterior que garantem uma expressiva conectividade com a internacionalização do conhecimento. Por fim, trata-se de um conjunto de reflexões que têm como base as teorias da ciência social, mais especificamente a teoria dos capitais, de Pierre Bourdieu.

Elites jurídicas

Este tópico, por ser pouco expressivo, contendo ao todo apenas três artigos, poderia ser incluído no eixo anterior, ou seja, as *elites intelectuais*. No entanto, trata-se de um tópico bastante heterogêneo, mesmo em se tratando de uma específica fração das elites. Dois artigos, de mesma autoria de Almeida (2014; 2016), traçam um perfil das elites da justiça, a partir do referencial de Pierre Bourdieu. Segundo o autor, a fragmentação institucional do sistema de justiça, a dimensão profissional das carreiras jurídicas e seu discurso de autonomia, revelam um espaço social de agentes, posições e relações, constitutivas de visões de mundo próprias do direito, capazes de construir hierarquias internas e disputar as relações de poder entre as elites dominantes. Já o artigo de Engelman (2012), ao tratar da classificação hierárquica dos juristas, aponta que a estratégia de internacionalização, ou formação no exterior, não seriam necessariamente trunfos fundamentais. Para ele, outros recursos, como o capital escolar, o capital familiar, o acúmulo de percursos profissionais, laços e alianças numa rede de contatos, deveriam ser somados ao capital de internacionalização para que se tenha um currículo competitivo. De tendência mais sociológica, os artigos acima parecem seguir teoricamente a maioria dos estudos analisados até agora.

Elites parlamentares

De um total de 25 artigos, o conjunto de reflexões do tópico *elites parlamentares* poderia ser dividido em três eixos. O primeiro deles se refere aos artigos que retratam o perfil dos parlamentares, senadores, deputados estaduais e federais; o segundo eixo observa as características do percurso de engajamento político destes agentes e, por último, o eixo que traça a participação da elite parlamentar em momentos cruciais da história brasileira.

Entre os artigos do primeiro eixo, sobre o perfil dos parlamentares brasileiros, num total de nove reflexões, três deles trabalham com a formação e a profissionalização dos senadores da República. Dois deles se dedicam aos deputados federais, um sobre os deputados estaduais, um sobre a falsa imagem de popularização das casas legislativas, e um último traz o perfil das poucas mulheres que fazem parte da classe parlamentar. Vale mencionar ainda o artigo que embasa todos os acima referidos ao tratar sobre as características da cultura política do Congresso Nacional. É comum observar que são textos que seguem a tradição discursiva

da ciência política. Por certo, o corte empírico deste bloco de artigos são de responsabilidade dos grupos de estudos que se especializaram nas elites parlamentares⁷, trazendo um avanço substancial às discussões.

Verificou-se que os senadores são a elite do parlamento brasileiro. Isto é o que alegam os artigos de Neiva e Izumi (2012; 2014). Majoritariamente provenientes dos estratos mais favorecidos da sociedade, desde a época do Império, são homens, profissionais do direito, na maioria militares, empresários urbanos e rurais. Tal perfil não parece ter sofrido grandes alterações entre 1826 e 2010, caracterizando este espaço legislativo com certa estabilidade. Após o regime militar, ou seja, nos últimos anos, a carreira de economista toma certo destaque, apresentando um aparelhamento técnico da Casa do Senado, sobretudo entre os membros dos partidos PT e PSDB. Sobre o nível de coesão dos senadores, Neiva (2011) conclui que o grau de disciplina partidária não é expressivamente diferente, podendo afirmar que a coesão é uma característica do comportamento parlamentar brasileiro, descartando certo senso comum sobre o estado caótico do sistema partidário com legendas inconsistentes responsáveis pelas crises constantes e paralisia decisória.

Salienta-se ainda o artigo de Messenberg (2008), ao se ocupar da cultura política da elite do Congresso Nacional. Para ela, cultura política pode ser definida a partir de um ponto de vista subjetivo como os valores, as atitudes, as crenças, as orientações e os pressupostos subjacentes que predominam entre os membros de uma sociedade (Messenberg, 2008, p. 19). Para ela, três grupos parlamentares de elite se sobressaem: os parlamentares do SE, do NE e do Sul. O perfil do grupo retrata uma elite parlamentar majoritariamente pertencente aos grandes partidos de contorno ideológico conservador e bacharéis em direito. Contudo, a elite parlamentar do Sudeste é mais expressiva numericamente e tem uma diversificação partidária. No que toca à elite parlamentar do Nordeste, seus membros são notadamente de orientação ideológica de centro e direita. Sobre a relação entre os perfis dos senadores e suas categorias profissionais anteriores, o artigo de Costa, Costa e Nunes (2014) revela a conexão entre esses membros da Casa Legislativa e uma trajetória empresarial. Em todos os períodos da história essa articulação foi constante, e nos séculos XX e XXI um percentual de 30% de senadores-

⁷ Trata-se do Nusp, Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, da EFPR) e Leepoc, Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais, da UFMA.

empresários, principalmente em partidos de centro-direita estão presentes, permitindo inferir, por certo, um grupo parlamentar comprometido com interesses próprios.

É possível apontar neste bloco a presença maciça de um universo masculino. Ainda que não seja novidade para a ciência política a baixa representatividade feminina nas Casas Legislativas brasileiras, para os estudos das estratégias de reprodução das elites esta informação passa a se tornar relevante e compor uma agenda de pesquisas sobre socialização de gênero.

O ideário político e ideológico sobre os deputados estaduais é também destaque deste bloco. Felisbino e Kerbauy (2013), em pesquisa sobre as percepções acerca da democracia, realizada entre parlamentares paulistas e paranaenses, revelou que para esses segmentos a democracia está estável no Brasil, é superior a qualquer outro regime político, sustenta-se no voto e em algumas políticas estatais, destacando a presença das eleições e do sistema partidário. No entanto, foi possível apreender que, entre os deputados paulistas, a crença na democracia parece ser mais forte se comparados aos paranaenses. Sobre os deputados federais, Grill (2008) verificou em estudo comparativo entre agentes políticos do Rio Grande do Sul e do Maranhão uma diferença regional expressiva. No primeiro caso predominam itinerários ascendentes a partir de cargos eletivos, profissionais ligados ao saber humanístico e de formação superior. No caso do Maranhão, observa-se que os percursos se iniciam em funções de primeiro escalão ou cargos eletivos centrais, possuem um saber técnico, bem como certas responsabilidades públicas servem como trampolim em suas carreiras. O estudo de Ranincheski (2006), ao analisar o discurso de parlamentares sobre a questão social, mais propriamente sobre a questão do trabalho, revela um diagnóstico fluído diante de um assunto extremamente complexo de dimensão ideológica. Fica evidente, pois, uma diversificação dos itinerários entre os parlamentares nas regiões brasileiras, bem como uma variedade de representações ideológicas em suas práticas. Contextos políticos e configurações de ordem social e cultural marcam o comportamento de deputados e senadores da República.

No segundo bloco, os artigos que se dedicam a trabalhar com as diferentes formas de engajamento no universo da política. Ressaltam a origem social e escolar privilegiada dos líderes ambientalistas e as formas de alianças conquistadas no universo da militância que resultam na reconversão para cargos políticos (Oliveira, 2008; 2008a). Os artigos de Coradini (2007; 2008; 2011) oferecem o entendimento de que as atividades associativas/sindicais e

partidárias dos deputados federais, mais do que uma ambiguidade, apresentam diferentes padrões de interação e se mesclam de forma variada, compondo diferentes recursos e percursos políticos. O processo não se apresenta linear, mas como um jogo que responde às condições de possibilidade de um contexto. Mais do que isso, utilizando-se do conceitual bourdieusiano, o autor assinala uma evidente reconversão de capitais entre os antigos militantes e os futuros profissionais das casas legislativas. O artigo de Truzzi et al. (2012) e o texto de Coradini (2012) confirmam uma certa diversificação dos candidatos ao parlamento. Truzzi verifica a presença de imigrantes no interior do oeste paulista disputando cargos eletivos com os representantes das elites tradicionais da localidade no século XX. Coradini alerta, por sua vez, para a presença cada vez mais frequente de funcionários públicos na corrida eleitoral, nas eleições de 2008 e 2010. Ainda dentro desse tópico, o estudo de Codato (2015), acerca da dinâmica das elites políticas regionais no *Estado autoritário*, observa que esse período não foi marcado por cooptação do grupo pelo governo de Getúlio Vargas. Ao contrário, Codato afirma que seria mais correto considerar certo *transformismo* político dessas frações que implicaria na construção de uma nova classe dirigente, através da destituição seletiva do grupo inimigo por uma elite mais poderosa. Ressalta-se aqui a forte presença de uma formação técnica entre os futuros militantes da política, assim como o uso constante de uma rede de contatos com seus pares, reforçando aspectos estratégicos para a reprodução dos grupos que detêm o poder.

Por último, o artigo de Peres e Machado (2017), ainda na linha das estratégias de conquista ou manutenção de poder, destaca a necessidade de se estudar mais e melhor as formas de recrutamento das lideranças políticas, construindo um modelo para tal. Segundo os autores, seria necessário a) observar a forma de atração de filiados à organização; b) a formação dos futuros quadros; e c) sua posterior alocação em postos da burocracia partidária ou governamental. Ainda neste tópico, o texto de Reis e Grill (2008) reforça um quadro de distribuição desigual de recursos à escolarização. Ou seja, ao estudarem a trajetória de membros de algumas famílias de políticos do Maranhão e do RS, observam que, ao associar espaço da política com uma atividade intelectual, tais atividades se retroalimentam, aumentando a carga de prestígio e reconhecimento político e cultural dos agentes, dando evidências de uma articulação possível entre o escopo teórico da ciência política e a sociologia de Pierre Bourdieu.

No último tópico deste eixo, sobre o comportamento parlamentar em época de crise política, um variado comportamento aponta para as condições de possibilidade de um contexto histórico e suas realizações, muitas vezes, impensáveis. O artigo de Torre (1996) destaca a força das elites governamentais nas reformas estruturais no período autoritário na América Latina. Já o estudo de Sallum e Goulart (2016) revela as profundas relações entre as elites econômicas e políticas na liberalização econômica dos governos FHC e Lula, destacando as disputas entre elites empresariais nesse processo. O artigo de Bruce e Rocha (2015), em pesquisa sobre a reação da elite política no processo da abertura democrática, revela um esforço destes agentes na manutenção de seus espaços de poder, facilitando títulos de eleitores em regiões de seu domínio, mas nem sempre alcançando êxito. Nesse sentido, chama atenção, novamente, para as condições de possibilidades dos momentos eleitorais. Para concluir, o artigo de Ribeiro (2014), na expectativa de observar as atitudes de coesão ou rebeldia dos parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros, no período de 1980-2013, relata que não seria possível afirmar a existência de um poder monolítico de deputados federais e senadores. Na realidade, o que constatou é a existência de uma elite partidária unida.

O único artigo que menciona especificamente um grupo de parlamentares mulheres como representantes políticas é o da pesquisa de Reis (2014). A autora expõe que grande parte delas veio das classes altas, possui curso superior na área de humanidades, em instituições conceituadas, com expressão profissional no magistério universitário, destacando-se também em uma produção escrita de caráter generalista. Apenas uma delas destoa do grupo, por ser negra, evangélica e proveniente da favela. Ou seja, desvela a predominância de um perfil parlamentar ainda longe de refletir democraticamente o conjunto da sociedade brasileira. Na ordem das surpresas institucionais, o estudo de Simoni Junior et al. (2016) traz o relato de que não existiria uma popularização no universo dos representantes parlamentares, como advogam alguns. Na realidade, em pesquisa realizada entre 1995 e 2010, conclui que tal popularização não se efetiva igualmente em todas as casas legislativas. O que se observa é que, ainda que se tenha evidências de que algumas variáveis levem à compreensão de uma popularização, estas ainda são reduzidas e não atingem a elite parlamentar como um todo. Para os autores, seria mais correto afirmar que existiria uma diversificação no perfil social dos representantes brasileiros.

Elites empresariais

Neste item, conseguiram-se localizar 25 artigos. Trata-se de um conjunto de reflexões que foi dividido em cinco tópicos: elites empresariais, com 11 artigos; 5 estudos sobre a importância do empresariado no jogo político brasileiro; 6 artigos sobre as elites financeiras; 2 estudos sobre processos de reestruturação dos segmentos das elites; e, por fim, as elites agrárias, com apenas 1 estudo.

Deste grupo, destaca-se uma reflexão sobre o empresariado e suas crenças em relação à democracia. São eles dedicados ao grupo de dirigentes ou representantes do empresariado (Costa, 2014) dos estados do Paraná e São Paulo (Costa & Engler, 2008) retratando um posicionamento bastante favorável sobre as regras do jogo da democracia, os rituais das eleições e a importância dos partidos políticos (Costa, 2007; 2012a; 2012b).

No segundo bloco, os artigos que abordam a força política do empresariado podem ser divididos entre aqueles que revelam um baixo comprometimento ou um forte engajamento do setor. Os primeiros autores justificam seus posicionamentos a partir do diagnóstico da fragmentação do campo econômico (Diniz, 2000), pela configuração de forças do momento (Costa, 1998), bem como pela desigualdade do desenvolvimento entre os estados brasileiros (Godoy et al., 2015). Os estudiosos da segunda vertente afirmam o engajamento das frações empresariais nos negócios em parceria com os governos estaduais, tendo como base a cidade de São Paulo (Marques & Bichir, 2002; Souza, 2011), a partir da comparação com outros países da América Latina (Perissinotto et al., 2014), sobretudo nos anos 1990, quando a agenda neoliberal torna-se uma estratégia de desenvolvimento (Nunes, 2016).

A reflexão de Mancuso (2007) traz um levantamento da literatura sobre a força ou a fraqueza das elites empresariais na condução do jogo político. Como síntese, uma ampla bibliografia traça compreensões distintas sobre o fenômeno, mas, segundo ele, o empresariado sempre esteve empenhado em promover estratégias em que seus interesses se fizeram presentes. De acordo com Mancuso, o corporativismo setorial acabaria por anular sua força com a criação de uma série de entidades empresariais de caráter nacional e internacional, que a partir dos anos 1990 subsidiaram o fortalecimento do campo industrial. O estudo de Costa (2005) afirma, contudo, sem contradizer o anterior, que as estratégias empresariais estariam mais voltadas para âmbito econômico, ainda que corroborem modelos de políticas

institucionais de forma distante, ao não tentar influenciar diretamente as formas de atuação governamental.

Ainda nessa direção, Perissinotto (2014), ao tratar das elites da burocracia estatal, oferece um importante pano de fundo acerca do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. A partir da categoria *Estado desenvolvimentista*, compara os países Brasil e Argentina, nos anos pós-1930, e formaliza o entendimento que nossa economia sofre uma inflexão mais contínua, pois contava com a participação de membros técnicos comprometidos com um ideal de crescimento. Tais funcionários públicos com formação na área do direito e engenharia foram os responsáveis pela manutenção de uma condução econômica a despeito das crises políticas ao longo do século XX. Complementando o argumento de uma condução longa e bem orientada, o artigo de Duarte Villa (2007) apresenta como as elites diplomáticas auxiliaram na construção de uma imagem democrática sobre o Brasil capaz de fomentar acordos latino-americanos satisfatórios.

No terceiro bloco, sobre as elites das finanças, tem-se seis artigos que discutem o período mais recente em que a globalização da economia acabou por privilegiar o universo das elites financeiras. Usando as categorias de campo de poder e campo econômico, Grün (2003, 2009; 2010; 2011) realiza uma discussão importante acerca de uma orquestração de sentidos, que favorece o domínio de um *modus operandi* financeiro que se espalha para todos os campos do empresariado. Sua discussão retoma os conflitos do corporativismo econômico, por certo, um embaraço para políticas mais unificadas do setor empresarial. O artigo de Martins e Donadone (2017) revela os novos destinos profissionais dos engenheiros de produção. A partir de pesquisa com alunos do curso da Unesp, verificaram que uma parte deles, sobretudo aqueles que possuem condições sociais favoráveis, têm como meta profissional o universo das finanças. Corroborando reflexões de Grün, os autores afirmam que o curso de engenharia serve de base para uma hegemonia do campo financeiro nos destinos da economia. Por outro lado, o artigo de Codato et al. (2016), ao se ocupar dos diretores do BC do Brasil, entre os governos de FHC e Dilma Rousseff, destaca que seus membros são majoritariamente homens, com formação técnica nas melhores instituições do exterior e do Brasil, com trajetória pregressa no serviço público e no setor privado internacional. Os autores concluem que a formação conquistada nessas instituições, bem como a rede de relações estabelecidas entre seus pares, dificulta estratégias de rupturas com políticas ortodoxas que regem o *mainstream* econômico.

No quarto bloco, dando continuidade às transformações da economia, os textos de Serna (2013) e Ribeiro (2014) trazem uma reflexão sobre a reestruturação dos grupos sociais, a partir do novo modelo econômico do neoliberalismo, baseado no refreamento das despesas públicas e maior liberdade de mercado. As novas elites empresariais teriam um perfil internacionalizado, não seriam os proprietários dos meios produtivos nem teriam nacionalidade. Um pensamento gerencial orientaria suas tomadas de posição, por certo, negligenciando os compromissos de desenvolvimento local.

O único artigo sobre as elites do agronegócio, escrito por um trio de pesquisadores, Heredia, Palmeira e Leite (2010), traça alguns achados de pesquisa realizada no Norte do Brasil, onde a iniciativa privada conta com subsídios estatais, no cultivo grãos/*commodities*. Relações entre poder das elites agrárias locais, sua força de persuasão e favorecimentos governamentais, revelam laços estreitos entre poder político e poder econômico na região.

Reiterando algumas similaridades verificadas em outras frações aqui analisadas, observa-se a presença constante de redes de contatos, uma alta escolarização, a internacionalização de grupos, majoritariamente masculinos, como elementos que reforçam estratégias de reprodução de poder na esfera do empresariado. É possível afirmar também que os artigos deste bloco, embora tendam para análises caras à ciência política, fazem uso da teoria sociológica de Bourdieu.

Algumas sínteses

Esta parte do texto tem como intenção trazer de forma mais detalhada as contribuições oferecidas pelos artigos na expectativa de futuras utilizações. De fato, a leitura dos 109 documentos permitiu estabelecer um diálogo com a literatura, assim como contribuiu para o desenvolvimento de uma apreciação analítica sobre esta produção. Buscou-se ainda elementos e princípios valorativos que regem a atitude destes setores, bem como suas estratégias de socialização/reprodução.

Para desenvolver o argumento, aproveitou-se o construto conceitual de Pierre Bourdieu, na medida em que a discussão foi movida pela eficiência de sua contribuição, bem como grande parte dos artigos em tela acompanharam seus subsídios. Em seguida, optou-se inicialmente em agrupar os estudos segundo suas similaridades empíricas, a fim de observar de

forma detida como se realizam as estratégias de dominação nas diferentes frações das elites, tendo como foco a teoria da socialização.

Sem dúvida, os tópicos *aspectos teóricos* e *trama simbólica* são aqueles que mais oferecem suporte para a análise proposta na medida em que proporcionam uma gama variada de aspectos que auxiliam na compreensão das representações e práticas das frações das elites.

Contudo, numa primeira impressão foi possível identificar certo ecletismo entre os autores nas discussões relativas ao conceito de *elite*. Certo consenso de que o uso e a fundamentação do conceito podem, por vezes, mais atrapalhar do que contribuir para com a precisão empírica. De fato, a necessidade de circunscrever os grupos a serem investigados, as justificativas de tal interesse, bem como a forma de agrupá-los, serve como estratégias de definição que fogem do escopo teórico propriamente dito e se aproximam mais das estratégias metodológicas. Após a leitura do material disponível, seria possível definir elites, em linhas gerais, como aqueles que possuem vasto e desproporcional controle e acesso aos recursos sociais. Isto posto, estudar elites significa estudar o controle sobre valores e o domínio sobre a distribuição dos recursos sociais. Em outras palavras, é estudar o poder e a desigualdade social (Khan, 2012).

A intenção de fazer uma análise crítica tem como fundamento compreender também as diferentes estratégias competitivas dos grupos favorecidos, na medida em que se tem como hipótese que suas trajetórias são distintas e, portanto, demandam recursos de natureza diferenciada. Trata-se de distinguir as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, como a escolarização para alguns, redes de contato ou internacionalização para outros, ou a valorização e/ou desvalorização dessas estratégias através do tempo (Brandão & Lellis, 2003; Nogueira, 2014); conhecer a composição e o volume dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição na trajetória dos indivíduos (Costa et al., 2014; Coradini, 2007); enfim, como diria Heinz, conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar, mediante mecanismos de reconversão social, um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta (Heinz, 2006, p. 9).

Nessa direção, os artigos de Perissinotto e Codato (2008; 2009; 2009a) são úteis, pois apontam as controvérsias teóricas ao mesmo tempo em que apresentam soluções viáveis. Ademais, como já comentado anteriormente, os autores advogam que não seria mais

academicamente produtivo polarizar o postulado marxista das classes sociais e a perspectiva elitista e neELITISTA dos grupos dirigentes. Seria possível, numa atitude eclética, aproveitar ambas as contribuições, na medida em que nas sociedades modernas a leitura sobre a articulação dos poderes econômico político e simbólico seria a mais adequada para se compreender as estratégias de domínio dos grupos que ocupam as mais altas esferas da hierarquia social, dando evidências de uma articulação entre postulados da ciência política e da sociologia nos estudos mais recentes. Por outro lado, vale também ressaltar que a articulação de forças de ordem material e simbólica é observada com certa invariância em grande parte dos artigos analisados, demonstrando o domínio do arcabouço teórico de vertente bourdieusiana.

Os textos levantados no tópico *trama simbólica* contribuem, por sua vez, para a compreensão de uma construção social da realidade (Berger & Luckmann, 1983), em que empresas da comunicação (Miguel, 2008; Gomes, 2010; Serrano, 2011), em conluio disfarçado com as instituições políticas e econômicas, subtraem a capacidade de reflexão e questionamento de uma ordem social arbitrária, ao repetirem em uníssono interpretações parciais de nossas dificuldades sociais. Diagnosticam problemas econômicos, políticos, sociais e culturais elucidados por análises pouco compreensíveis para a grande maioria da população. O poder de ocultar informações relevantes e/ou comprometedoras é disfarçadamente posto em prática, sedimentando estratégias *interessadas* de construção de sentido (Bachrach & Baratz, 2011).

Concordando com o argumento de que as frações de elite não se satisfazem em ter o domínio econômico e simbólico, mas que, a partir de um *sentido prático* (Bourdieu, 1980), agem na direção de legitimar uma ordem, buscou-se *insights* na literatura aqui apresentada que fundamentassem tais práticas. Por exemplo, as investigações sobre as representações das elites sobre desigualdade e justiça social (Reis, 2000; Scalon, 2007; Silva & Lópes, 2015) apresentam uma dinâmica societária apartada, um fosso social entre as camadas mais favorecidas (frações das camadas médias e frações das camadas mais favorecidas) e as camadas populares. A oposição entre *nós* e *eles* se faz presente, pois, segundo as elites, cada um desses polos sociais se caracterizaria por éticas distintas. As primeiras seriam concebidas pelo valor meritocrático, e as segundas seriam consideradas despreparadas, em função de sua baixa formação cultural e moral.

Vale salientar que a leitura dos artigos apresentou as categorias *tempo* e *espaço* como importantes referências para os estudos sobre a trajetória e a socialização das elites. Os artigos de Ribeiro (2000), Ferreira (2001) e Bertencelo (2016) alertam que a antiguidade em espaços sociais específicos sugere um sentimento de pertença arraigado entre os grupos dominantes. A baixa mobilidade social entre os setores das elites e a pequena circulação de *outsiders* no ambiente reforçam categorias do pensamento de seus membros, constituindo um forte embaraço para as mudanças de narrativas ou perspectivas críticas. Uma espécie de violência sutil e homeopática, transmitida de geração em geração, em ambientes homogêneos, como a escola, a religião e as mídias, garantem estratégias simbólicas para a construção de identidades de grupo (Berger & Luckmann, 1983) e, como desdobramento, a manutenção de uma ordem de sentidos (Bourdieu, 1998). Em outras palavras, a antiguidade e a tradição de alguns meios sociais auxiliariam na construção de representações sociais firmes e de difícil questionamento. Valores como mérito, esforço pessoal e familiar, memórias das conquistas alcançadas, enfim, uma trama de sentidos que legitimam condutas, atitudes e tomadas de posição, são incorporadas inconscientemente e homeopaticamente.

As discussões do tópico *elites intelectuais* foram também bastante relevantes. Trata-se do conjunto de artigos que, de forma mais explícita, coloca os percursos de socialização no âmbito escolar e profissional como importantes recursos de uma verticalização da sociedade. Entretanto, não seriam quaisquer escolas ou projetos profissionalizantes. Tais ambientes não oferecem apenas o capital cultural em seus três estados – incorporado, objetivado ou institucionalizado –, como diria Bourdieu (1998a). Ou seja, um capital instrucional e o traquejo social correspondente. Tais atributos seriam acompanhados por toda uma sorte de relacionamentos, alianças, redes de contato (por certo, um capital social) que ao longo dos percursos sedimentariam valores e contornos ideológicos e éticos. Um mundo de evidências, de probabilidades e subjetividades pouco questionáveis, na medida em que representam realidades vividas por eles e seus pares. Como diria Bourdieu, uma orquestração de sentidos apoiada por instâncias de socialização – *família* (Martins, 2015; Canêdo, 2008), *escola* (Fuentes, 2015; Mellado, 2015; Gessaghi, 2015), *trabalho* (Zigler, 2014), *grupo de pares* (Perosa, 2008; Fuentes, 2015), *mídias* (Miguel, 2008; Gomes, 2010; Serrano, 2011), *instituições religiosas* (Chaves, 2012; Silva, 2015; Seild, 2011). Um complexo institucional que, trabalhando em sinergia, autentica e legitima formas de ser, agir e pensar; uma interdependência entre as instâncias socializadoras que afirmariam um universo simbólico propício a consensos.

É fato ainda que os artigos acerca das *elites empresariais* e *parlamentares* contribuem para a síntese de uma trama simbólica duradoura. Ou seja, mais especificamente, os autores que discutem o papel dos empresários no Brasil deixam relativamente claro que este setor pouco se destaca como protagonista político. Dando ênfase a uma reflexão sobre a fragilidade ou o poderio destas frações, Mancuso (2007) e Costa (2012; 2012a), entre outros, apostam na ideia de que os empresários, em geral, não possuem uma tradição de comprometimento político com nossas instituições, estando mais empenhados em seus setores de investimento. No que se refere às *elites parlamentares*, o perfil traçado na literatura observa que, majoritariamente, as Casas Legislativas do Brasil são administradas por uma elite conservadora, masculina, de centro-direita e provenientes de setores há tempos na política. Assim sendo, a manutenção de esforços na direção de uma legitimidade de poder tende a se cristalizar.

Considerações finais

A questão que mobilizou a escrita deste artigo é a apreensão crítica de estudos sobre as frações de elite no campo dos processos de socialização e reprodução desses grupos. Para isso, foi feito um levantamento de artigos publicados entre 1998-2017, na expectativa de que eles informassem sobre os debates acadêmicos acerca do grupo social em tela. Com esta preocupação, foi possível identificar algumas estratégias socializadoras eficazes que contribuiriam para a manutenção de *status* social das elites e de sua legitimidade. Categorias como *tempo*, *espaço*, *internacionalização* e *redes de contato* surgiram como fortes elementos de trajetórias exitosas em todas as frações acima analisadas.

Sobre a primeira categoria, a leitura dos artigos apresentou de maneira expressiva a categoria *tempo* como importante referência. Como já dito, a antiguidade e a tradição de alguns meios sociais auxiliam na construção de representações sociais firmes e de difícil questionamento. A longevidade vivida em grupos de afinidade de *habitus* resultaria em uma percepção sobre a evidência positiva dos trajetos e escolhas pessoais e familiares.

Nessa mesma direção, a segunda categoria, *espaços*, aponta para o reforço a uma atmosfera de homogeneidade de comportamentos. Os textos levantados confirmam tais considerações ao apresentar a relação de interdependência entre as agências de socialização família, religião, escola, mídias e instituições políticas, muitas vezes trabalhando em sinergia na

construção social de uma realidade (Berger & Luckmann, 1983). A circulação em estabelecimentos que partilham evidências de vida favorece uma segurança identitária capaz de reforçar memórias de êxito e superioridade.

A terceira categoria, *internacionalização*, revela uma característica dos novos tempos da globalização. Não bastaria circular nos espaços nacionais para se edificar percursos de sucesso e a garantia de posições de poder. O aprendizado no exterior se destacaria como um forte elemento nos processos competitivos entre grupos. Em todas as frações discutidas, é notável o apelo a estratégias de formação e/ou especialização no exterior. Contudo, não se trata apenas da busca de uma formação mais *up to date*, mas seus desdobramentos, que resultam em uma quarta categoria. Ou seja, *contatos e redes de amizade* e/ou mesmo de caráter *profissional*, como atestam os artigos de Codato et al. (2016), Engelmann (2008; 2012), Seild (2009; 2017), Seild e Neris (2011), Coradini (2011), Ziegler (2015), Hey e Rodrigues (2017). Trabalhando com setores sociais diferenciados, como quadros da burocracia financeira e empresarial, juristas, bispado, professores de escolas de elite, entre outros, os autores chamam atenção para estratégias de diferenciação social a partir de experiências no exterior.

O espaço de socialização distintivo mais procurado seriam os Estados Unidos. É comum o desejo ou a necessidade de sair do país de origem na tentativa de acumular mais notoriedade ao capital cultural já anteriormente conquistado em escolas nacionais. Nesse sentido, seria possível afirmar que a *internacionalização dos estudos e de contatos em redes* torna-se atributo importante para se garantir trajetórias de sucesso, bem como forte elemento de reconversão de capitais, tais como o idioma fluente como diferencial da concorrência a postos de trabalho.

Cabe salientar que a iniciativa de construir categorias de análise que auxiliassem na compreensão das estratégias de socialização/reprodução dos grupos de elite responde a um exercício didático. Isto é, todas as quatro categorias que a leitura dos artigos fez emergir possuem uma relação de interdependência. As categorias *tempo* e *espaço* revelam que a permanência em determinados ambientes assegura uma vivência homogênea, bem como estão diretamente relacionada à circulação em espaços sociais capazes de transmitir, valorizar e legitimar formas de conduta. Não poderia se esquecer que as categorias *internacionalização* e *alianças e redes de contato* estão forçosamente articuladas com determinados ambientes propícios à propagação e legitimação de posições sociais favorecidas.

Trata-se, no entanto, de uma análise exploratória, uma busca acadêmica sobre estratégias que fazem perpetuar uma ordem de desigualdades perturbadora. Não se tem a pretensão de chegar a conclusões fechadas. A ideia é coletar informações sobre a realidade vivida por setores sociais que possuem poder, de fato, para movimentar uma trama de sentidos. O empreendimento de articular conhecimentos sobre percursos sociais, crenças e projetos de vida dos setores aqui analisados, matéria para a sociologia da educação, pode em muito auxiliar na compreensão da sociedade brasileira.

Referências

- Almeida, A. M., & Nogueira, M. A. (2003). *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes.
- Almeida, F. (2014). As elites da Justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 22(52).
- Almeida, F. (2016). Os juristas e a política no Brasil: permanências e reposicionamentos. *Lua Nova*, São Paulo, 97, 213-250.
- Andrade, T. N., & Silva Filho, M. J. (2015). Elites locais de ciência e tecnologia no Brasil: o caso do Parqtec de São Carlos (SP). *Lua Nova*, São Paulo, .
- Bachrach, P., & Baratz, M. (2011). Duas Faces do Poder. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 19(40), 146-157.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1983). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Beroncelo, E. R. (2016). O espaço das classes sociais no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, 28(2), 73-104.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction: critique social du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1980). *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1998). *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp.
- Bourdieu, P. (1998a). *Escritos de Educação: Pierre Bourdieu*. (M. A. Nogueira & A. Catani, Orgs.). Petrópolis: Vozes.

- Braga, S. S., & Nicolás, M. A. (2008). Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 16(30), 107-130.
- Brandão, Z., & Lellis, I. (2003) Elites acadêmicas e escolarização dos filhos. *Educação e Sociedade*, Campinas, 24(83), 509-526.
- Brandão, Z., & Carvalho, C. P. (2011). Processos de Produção das elites escolares. *Educação e Sociedade*, Campinas, 32(115), 507-522.
- Bruce, R., & Rocha, R. (2015). A reação da elite política incumbente na abertura democrática brasileira. *Revista Economia Política*, São Paulo, 35(3), 645-660.
- Bühlmann, F., Beetschen, M., Thomas, D., Ginalski, S., & Mach, A. (2017). As elites na Suíça: ascensão e declínio de um modelo de coordenação das elites. *Tempo Social*, São Paulo, 29(3), 181-199.
- Canêdo, L. B. (2011). Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luis do Maranhão, 8(15), 55-75.
- Chaves, M. W. (2012). O papel da Igreja na educação escolar masculina na década de 1950. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 42(146), 518-537.
- Codato, A., & Perissinotto, R. (2009). Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social? *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 24(71).
- Codato, A. (2015). Estado Novo no Brasil: um estudo da dinâmica das elites políticas regionais em contexto autoritário. *Revista Economia Política*, São Paulo, 58(2).
- Codato, A. et al. (2016). Economic mainstream and power: a profile analysis of Central Bank directors during PSDB and PT governments in Brasil. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 26(3), 687-720.
- Codato, A., Massimo, L., & Costa, L. D. (2017). Posições sociais de origem e recrutamento político: um estudo dos senadores brasileiros. *Tempo Social*, São Paulo, 29(3), 111-135.
- Coradini, O. L. (2007). Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 28, 181-203.
- Coradini, O. (2008). Politização de interesses através de frentes parlamentares. *Revista Tomo Pós Graduação*, São Cristovão, 10(13), 75-92.

- Coradini, O. L. (2011). Titulação escolar, mercado e capital social na hierarquização escolar: as relações entre a obtenção do título de doutor em sociologia e o ingresso na carreira. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, 8(15), 39-54.
- Coradini, O. L. (2011a). Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, 26(1).
- Coradini, O. L. (2012). Cargos e funções públicas e candidaturas eleitorais. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, 27(3), 689-708.
- Costa, P. R. N., Costa, L. D., & Nunes, W. (2014). Os senadores empresários: recrutamento carreira e partidos políticos dos empresários do senado brasileiro 1986-2010. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 14, 227-253.
- Costa, L. D., & Gouvêa, J. C. (2007). Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 28.
- Costa, V. F. (1998). O novo enfoque do Banco Mundial sobre o estado. *Lua Nova*, São Paulo, 44, 5-26.
- Costa, P. R. N. (2005). Empresariado, regime político e democracia : Brasil, anos 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 20(57).
- Costa, P. R. N. (2007). Empresariado, instituições democráticas e reforma política. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 28, 99-116.
- Costa, P. R. N. (2012). A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política. *Opinião Pública*, Curitiba, .
- Costa, P. R. N. (2012a). Recrutamento, valores e padrões de ação política da elite empresarial. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 18(2), 452-469.
- Costa, P. R. N. (2014). Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 22(52).
- Costa, P. R. N., & Engler, I. (2008). Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). *Opinião Pública*, Campinas, 14(2).
- Doniz, E. (2000). A busca de um novo modelo econômico: padrões alternativos de articulação público-privado. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 14, 7-28.

- Engelmann, F. (2008). Internacionalização e legitimação da formação acadêmica em administração no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. *Revista Tomo Pós Graduação*, São Cristóvão, 13, 239-262.
- Engelmann, F. (2012). Globalização e Poder de Estado: circulação internacional de elites e hierarquias do campo jurídico brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, 55(2), 487-516.
- Farias Filho, M. C. (2011). Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 26(77), 175-188.
- Felisbino, R. A., & Kerbauy, M. T. M. (2013). Deputados estaduais e democracia: valores políticos das elites parlamentares paulista e paraense. *Opinião Pública*, Curitiba, 19(1).
- Ferreira, M. C. (2001). Permeável, *ma non troppo?* A mobilidade sociais em setores de elite, Brasil - 1996. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 16(47): 141-160.
- Fuentes, S. (2015). La formación moral de los jóvenes de elite en circuitos de educación privada en Buenos Aires. *Pro-Posições*, Curitiba, 26(2), 75-98.
- Gené, M. Sociología política de las elites. (2014). Apuntes sobre su abordaje a través de entrevistas. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 22(52), 97-119.
- Gessaghi, V. (2015). “Ser sencillo, ser buena persona”: clasificaciones morales y procesos de distinción en las experiencias educativas de la “clase alta” argentina. *Pro-Posições*, Curitiba, 26(2), 33-50.
- Godoy, M., Barbosa, L., & Barbosa, D. D. (2015). Elites modernas na transição para a periferia do capitalismo periférico. *Economia e Sociedade*, Curitiba, 24(2), 481-507.
- Gomes, I. M. M. (2010). O Jornal Nacional e as estratégias de sobrevivência econômica e política da Globo no contexto da ditadura militar. *Revista Famecos*, Porto Alegre, 17(2), 5-14.
- Grill, I. (2008). Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 16(30), 65-87.
- Grün, R. (2003). Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 18(52), 139-161.
- Grün, R. (2009). Financeirização de esquerda? frutos no Brasil do século XXI. *Tempo Social*, São Paulo, 21(2), 153-184.

- Grün, R. (2010). A crise financeira, guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiro em 2009. *Dados*, Rio de Janeiro, 53(2), 255-297.
- Grün, R. (2011). As disputas e convergências das elites brasileiras diante da crise financeira. **de** 2009: consequências empíricas e analíticas. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, 8(15).
- Grynszpan, M. (1996). A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *BIB*, Rio de Janeiro, 41, 35-83.
- Grynszpan, M., & Grill, I. (2011). Dossiê Elites: recursos e legitimação. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, 8(15).
- Hey, A. P. (2007). Apresentação Dossiê Elites, no plural. *Tempo Social*, São Paulo, 29(3).
- Hey, A. P., Grimaldi-Cristensen, A., & Savage, M. (2017). Elites no Reino Unido: novas abordagens para divisões de classe contemporâneas. *Tempo Social*, São Paulo, 29(3), 161-179.
- Hey, A. P., & Rodrigues, L. S. (2017). Elites acadêmicas: as ciências sociais na Academia Brasileira de Ciências. *Tempo Social*, São Paulo, 29(3), 9-33.
- Heredia, B., Palmeira, M., & Leite, S. P. (2010). Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 25(74), 159-176.
- Heymann, Luciana Quillet. (2011). Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, 8(15).
- Khan, S. R. (2012). The sociology of elites. *Annual Review of Sociology*, 38, 361-377
- Klüger, E. (2017). Espaço social e redes: contribuições metodológicas à sociologia das elites. *Tempo Social*, São Paulo, 29(3).
- Lima, D. O. (2007). *Ethos* “emergente”: as pessoas, as palavras e as coisas. *Horizontes Antropológicos*, Rio de Janeiro, 13(28).
- Lynch, C. C. (2013). Por que pensamento e não teoria? a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, Rio de Janeiro, 56(4).
- Mancuso, W. (2007). O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, (28), 131-146.

- Marques, E. C., & Bichir, R. M. (2002). Clivagens ideológicas e empresas privadas nos investimentos públicos urbanos: São Paulo 1978-1998. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 17(50).
- Martins, M. F. (2017). Família, estratégias e redes de poder em Minas Gerais. *Acervo*, Rio de Janeiro, 30(1), 121-139.
- Martins, T. J., & Donadone, J. C. (2017). Realidade e desejo: as trajetórias formativas e profissionais de um grupo de elite no mundo das finanças. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 22(43).
- Mellado, M. (2015). Socialización y formación de las élites políticas argentinas: itinerarios universitarios y aprendizajes. *Pro-Posições*, Curitiba, 26(2), 163-185.
- Méndez, A. (2015). Lenguajes, retóricas y repertorios de egresados de un colegio público “de elite”. *Pro-Posições*, Curitiba, 26(2), 119-139.
- Messemberg, D. (2008). A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 16(30).
- Miguel, L. F. (2008). A mídia e o declínio da confiança política. *Sociologias*, Porto Alegre, (19), 250-273.
- Mills, W. C. (1975). *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moraes Silva, G., & Lopes, M. (2015). Brazilian people in the eyes of elites: repertoires and symbolic boundaries of inequality. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, 5(1).
- Mosca, G. (1992). *La classe política*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Neiva, P. R. P. (2011). Coesão e disciplina partidária no Senado Federal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 54(2) 289-318.
- Neiva, P., & Izumi, M. (2012). Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 20(41), 171-192.
- Neiva, P., & Izumi, M. (2014). Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 29(84).

- Nogueira, M. A. (2014). Favorecimento econômico e excelência escolar. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, (26), 133-144.
- Nunes, W. (2016). Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 24(59) 67-89.
- Oliveira, W. J. F. (2008). Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes do movimento ambientalista. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 16(30), 167-186.
- Oliveira, W. F. (2008a). Elites dirigentes, engajamento político e retribuições do militantismo ambientalista. *Revista Tomo Pós Graduação*, São Cristovão, (13), 201-237.
- Pareto, W. (1984). Tratado de Sociologia Geral. In J. A. Rodrigues (Org.). *Wilfredo Pareto: sociologia* (43), São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- Peres, P., & Machado, A. (2017). Uma tipologia do recrutamento partidário. *Opinião Pública*, Curitiba, 23(1), 126-167.
- Perosa, G. (2008). Educação diferenciada e trajetórias profissionais femininas. *Tempo Social*, São Paulo, 20(1), 51-68.
- Perosa, G., Lebaron, F., & Leite, C. S. (2015). O espaço das desigualdades educativas no município de São Paulo. *Pro-Posições*, Curitiba, 26(2), 99-118.
- Perissinoto, R. (2014). O conceito de Estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argenti *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 22(52).
- Perissinotto, R., & Codato, A. (2008). Apresentação: Por um retorno à Sociologia das Elites - Dossiê Elites Políticas. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 16(30).
- Perissinotto, R., & Codato, A. (2009). Classe social elite política e elite de classe por uma análise societalista da política. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, (2), 243-270.
- Perissinoto, R., Costa, P. R. , Nunes, W., & Ilha, A. (2014). Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970). *Revista de Economia Política*, São Paulo, 34(3).
- Perissinoto, R., & Massimo, L. (2014). Apresentação do Dossiê “Elites em diferentes escalas: teoria e metodologia no estudo dos grupos dirigentes. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 22(52).

- Petrarca, F. R. (2008). Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. *Revista Tomo Pós Graduação*, São Cristovão, (13).
- Piccin, M. B. (2015). Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha: trajetórias sociais e investimentos escolares. *Tempo Social*, São Paulo, 27(2), 305-328.
- Poulantzas, (1971) *Pouvoir politique et classes sociales* (II). Paris: Maspéro.
- Pulicci, C. (2011). O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, (91).
- Putnam, R. (1976). *The comparative study of political elites*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Ranincheski, S. (2006). A questão social, o trabalho e o Estado: visões das elites parlamentares brasileiras. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, 21(1).
- Reis, E. (2014). Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares. *Cadernos Pagu*, Curitiba, (43), 233-263.
- Reis, E., & Grill, I. (2008). Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. *Revista Tomo Pós Graduação*, São Cristovão, (13).
- Reis, E. R., & Grill, I. (2015). Trajetórias de Multinotabilidades: reconfigurações históricas e condicionantes sociais das inscrições políticas e culturais de parlamentares brasileiros. *Dados*, Rio de Janeiro, 58(2), 331-369.
- Reis, E., & Grill, I. (2017). Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, 29(3), 137-159.
- Reis, E. (2000). Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 15(42), 143-152.
- Ribeiro, C. A. C. (2000). Dois estudos de mobilidade social no Brasil - José Pastore e Nelson do Vale Silva e Maria Celi Scalo *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 15(44).
- Ribeiro, C. A. C. (2014). Mobilidade e estrutura de classes no Brasil contemporâneo. *Sociologias*, Porto Alegre, 16(37), 178-217.
- Ribeiro, P. F. (2014). Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 22(52).

- Sales, T. (1994). Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9(25).
- Sallun Jr., B., & Goulart, J. (2016). O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 24(60), 115-135.
- Scalon, C. (2007). Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. *Sociologias*, Porto Alegre, (18), 126-149.
- Seidl, E. (2008). Dossiê Sociologia do Poder e das Elites. *Revista Tomo de Pós Graduação*, Aracaju, (13).
- Seidl, E. (2017). Uma elite pouco (re)conhecida - o episcopado brasileiro. *Tempo Social*, São Paulo, 29(3).
- Seidl, E., & Neris, W. (2011). Episcopado brasileiro e o espaço do poder: uma cultura eclesiástica em mutação. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, 8(15).
- Seidl, E. (2009). Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. *Horizonte Antropológico*, Rio de Janeiro, 15(31).
- Serna, M. (2013). Globalización, cambios en la estructura de poder y nuevas elites empresariales: una mirada comparada de Uruguai. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 21(46), 93-103.
- Serrano, E. (2011). Jornalismo e elites do poder. *Ciberlegenda*, Portugal, (12).
- Silva, S. B. (2015). Educar la moral del pobre: fronteras simbólicas y gobierno de los pobres por parte de la elite económica católica de Santiago de Chile. *Pro-Posições*, Curitiba, 26(2), 51-73.
- Simoni Junior, S., Dardaqui, R. M., & Mingardi, L. M. (2016). A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai a popularização da classe política? *Colômbia Internacional*, (87), 109-143.
- Souza, C. (2011). Elites ou lobbies: quem formula as políticas públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, (87), 109-143.
- Souza, D., Ayrosa, E., & Cerchiaro, I. C. (2013). “Do bom e do Melhor”: o consumo de bens de luxo na classe C. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, 16(46).

- Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya.
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à lava-jato*. São Paulo: Leya.
- Stone, L. (2011). Texto fundamental prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 19(39), 115-137.
- Torre, J. C. (1996). O encaminhamento político das reformas estruturais. *Lua Nova*, São Paulo, (37), 57-76.
- Truzzi, O., Kerbauy, M. T. M., & Barboda, A. S. (2012). Mudança de fronteira étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 27(80), 135-151.
- Vieira da Fonseca, M. M. (2003). *Educar Herdeiros: práticas educativas da classe dominante lisboeta nas últimas décadas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Villa, R. D. (2007). Brazilian foreign affairs: social capital and the democratic discourse in South America. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 21(61), 63-89.
- Ziegler, S. (2014). Regulación del trabajo de los profesores de la elite. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 44(151), 84-103.
- Ziegler, S. (2015). Introducción Dossiê Elites y sectores medios- fronteras morales y desigualdad educativa. *Pro-Posições*, Curitiba, 26(2), 25-32.

Dados da submissão:

Submetido à avaliação em 05 de julho de 2018, revisado em 04 de dezembro de 2018, aceito para publicação em 02 de dezembro de 2019

Autor correspondente: USP – Faculdade de Educação-Departamento de Filosofia da Educação e Ciência da Educação, Av. da Universidade, 308, São Paulo/SP, Brasil – CEP 05508-040